



TER UMA BOA MORTE

Graça Castell

graca.castell@bol.com.br

Brasília-DF

2006



TER UMA BOA MORTE

Graça Castell¹

graca.castell@bol.com.br

Resumo

É possível encontrar nesse artigo um resumo com respeito às variações de eutanásia. A eutanásia voluntária, involuntária, não-voluntária. Analisa-se também, as ações ativa e passiva causada pelo agente que promove a eutanásia, oferecendo ao enfermo uma boa morte.

Palavras-chave: Eutanásia, agente, enfermo, boa morte.

Eutanásia Voluntária, Não-voluntária e Involuntária

Há uma necessidade de dar início a este ensaio com um exemplo de eutanásia *voluntária*:

Luzia estava para morrer devido a um câncer maligno nos órgãos reprodutores. Ela havia atingido o estágio em que estava quase totalmente paralisada, totalmente debilitada e, periodicamente, precisava de um respirador para se manter viva. Sofria também de grandes dores. Sabendo que não havia qualquer esperança e que as coisas iriam piorar, Luzia queria morrer. Pediu ao seu médico que lhe desse uma injeção letal para acabar com a sua vida. Depois de ter consultado a família e membros da equipe da médica, chegou-se a um consenso ao qual o Dr. JC, administrou a injeção letal pedida e Luzia morreu.

Este é um caso claro de eutanásia voluntária; isto é, eutanásia executada por A, a *pedido* de B, para benefício de B. Há uma relação estreita entre eutanásia voluntária e suicídio assistido, em que uma pessoa ajuda outra a acabar com a sua vida —, por exemplo, quando A obtém os medicamentos que irão permitir a B que se suicide.

¹ Mestrado em Filosofia na USP/95 e Doutorado na USP/98, em Ciências Sociais.



Mesmo que a pessoa já não esteja em condições de afirmar o seu desejo de morrer quando a sua vida acabou, a eutanásia pode ser voluntária. O enfermo pode desejar que a própria vida acabe no caso de se ver numa situação em que, embora sofrendo de um estado incurável e doloroso – seja a doença ou um acidente – e que tenha lhe tirado todas as faculdades racionais e já não seja mais capaz de decidir entre a vida e a morte. Se, enquanto ainda capaz, tiver expressado o desejo refletido de morrer quando numa situação como esta, então a pessoa que, nas circunstâncias apropriadas, tira a vida de tal enfermo atua com base no pedido e realiza um ato de eutanásia voluntária.

A eutanásia é *não-voluntária* quando a pessoa a quem se retira a vida não pode escolher entre a vida e a morte para si — porque é, por exemplo, um recém-nascido irremediavelmente doente ou incapacitado, ou porque a doença ou um acidente tornaram incapaz uma pessoa anteriormente capaz, sem que essa pessoa tenha previamente indicado se sob certas circunstâncias quereria ou não praticar a eutanásia.

A eutanásia é *involuntária* quando é realizada numa pessoa que poderia ter consentido ou recusado a sua própria morte, mas não o fez — seja porque não lhe perguntaram, seja porque lhe perguntaram, mas não deu consentimento, querendo continuar a viver. Embora os casos claros de eutanásia involuntária possam ser relativamente raros – por exemplo, em que A mata B sem o consentimento de B para impedi-lo de cair nas mãos de um carrasco sádico – há sempre alguém que defende que alguma das práticas médicas largamente aceita para retirar a vida – como as de administrar doses cada vez maiores de medicamentos contra a dor que eventualmente causarão a morte do doente, ou a suspensão não consentida do tratamento também equivalem à eutanásia involuntária.

Eutanásia Ativa e Passiva

Até agora, definimos eutanásia de forma vaga como morte misericordiosa, em que A provoca a morte de B, para benefício de B. Há, contudo, duas formas diferentes de A,



provocar a morte de B: A pode matar B, digamos, administrando-lhe uma injeção letal; ou A pode permitir que B morra negando-lhe ou retirando-lhe o tratamento de suporte à vida. Casos do primeiro gênero são vulgarmente referidos como eutanásia ativa ou positiva, enquanto casos do segundo gênero são frequentemente referidos como eutanásia passiva ou negativa. Quaisquer dos três gêneros de eutanásia indicados anteriormente — eutanásia voluntária, não-voluntária e involuntária — podem ser tanto passivos quanto ativos.

Se alterar ligeiramente o caso acima referido de Luzia, torna-se um caso de eutanásia voluntária passiva:

Luzia estava a morrer devido a um câncer progressivamente debilitante. Ela tinha atingido o estágio em que estava quase totalmente paralisada e, periodicamente, precisava de um respirador para se manter viva. Sofria também de grandes dores. Sabendo que não havia qualquer esperança e que as coisas iriam piorar, Luzia queria morrer. Pediu ao seu médico que lhe assegurasse que não seria colocada num respirador da próxima vez que a sua respiração falhasse. O médico concordou com os desejos de Luzia, deu instruções para sua equipe de enfermagem, e de acordo com isto, Luzia morreu oito horas mais tarde, devido a uma falha respiratória.

Há um amplo acordo em que as omissões tal como as ações podem constituir eutanásia. A Igreja Católica Romana, na sua *Declaração sobre a Eutanásia*,² por exemplo, define eutanásia como uma ação ou omissão que por si própria ou por intenção causa a morte. A discordância filosófica tem por origem a questão de saber *quais* as ações e omissões que constituem casos de eutanásia. Assim, às vezes nega-se que um médico, que se recusa a ressuscitar um recém-nascido gravemente incapacitado, esteja a praticar eutanásia – não-voluntária passiva – ou que um médico, que administra dose cada vez maior de um

² Declaração Sobre a Eutanásia, 1980, p. 6.



medicamento para as dores que sabe que acabará por resultar na morte do doente, esteja a praticar algum gênero de eutanásia. Outros autores defendem que *sempre* que um agente pratica uma ação ou omissão que deliberada e intencionalmente resulta na morte prevista do doente, realizou eutanásia ativa ou passiva.

Ações e Omissões – Matar e Deixar Morrer

Disparar sobre alguém é uma ação: não conseguir ajudar a vítima de um tiroteio é uma omissão. Se A dispara sobre B e B morre, A matou B. Se C não faz nada para salvar a vida a B, C deixa B morrer. Mas nem todas as ações ou omissões que resultam na morte de uma pessoa são de interesse central no debate da eutanásia. O debate da eutanásia diz respeito a ações e omissões *intencionais* — isto é, com mortes deliberada e intencionalmente provocadas numa situação em que o agente poderia ter agido de outro modo — isto é, em que A poderia ter evitado matar B, e em que C poderia ter salvado a vida a B.

Há alguns problemas em distinguir entre matar e deixar morrer, ou entre eutanásia ativa e passiva. Se a distinção entre matar e deixar morrer se apoiasse meramente na distinção entre ações e omissões, então o agente que, digamos, desliga a máquina que suporta a vida de B, mata B, enquanto o agente que se recusa à partida a colocar C numa máquina de suporte à vida permite somente que C morra. Muitos autores não consideraram esta distinção entre matar e deixar morrer plausível e foram feitas várias tentativas de traçá-la de outro modo. Uma sugestão plausível é que se observe; matar como dando início a um curso de acontecimentos que levam à morte; e permitir morrer como não intervindo num curso de acontecimentos que levam à morte. Segundo este esquema, a administração de uma injeção letal seria matar; enquanto que não pôr um paciente num respirador, ou tirá-lo, seria deixar morrer. No primeiro caso, o paciente morre devido a acontecimentos postos em ação pelo agente. No segundo caso, o paciente morre porque o agente não intervém num curso de acontecimentos já a decorrer e que não é produzido por ele.



É a distinção entre matar e deixar morrer, ou entre eutanásia ativa e passiva, moralmente significativa? Matar uma pessoa é sempre moralmente pior do que deixá-la morrer? Foram propostas várias razões para que seja assim. Uma das mais plausíveis é que um agente que mata causa a morte, enquanto que um agente que deixa morrer permite apenas que a natureza siga o seu caminho. Houve também quem defendesse que esta distinção entre *fazer acontecer* e *deixar acontecer*, é moralmente importante na medida em que põe limites aos deveres e responsabilidades que um agente tem de salvar vidas. Embora evitar matar alguém exija pouco ou nenhum esforço, normalmente salvar alguém exige esforço. Se matar e deixar morrer estivessem moralmente no mesmo nível, assim continua o argumento, seríamos tão responsáveis pela morte daqueles que não conseguimos salvar como somos pela morte daqueles que matamos — e ser incapaz de ajudar os africanos que morrem de fome seria o equivalente moral de mandar-lhes comida envenenada³. Isto continua o argumento, é absurdo: somos mais, ou diferentemente, responsáveis pela morte daqueles que matamos do que pelas mortes daqueles que não conseguimos salvar. Assim, matar uma pessoa é, mantendo-se o resto igual, pior do que deixar uma pessoa morrer.

Mas mesmo que às vezes se possa traçar uma distinção moralmente relevante entre matar e deixar morrer, é claro que isso não significa que a distinção se aplique sempre. Pelo menos às vezes somos tão responsáveis pelas nossas omissões quanto pelas nossas ações. Uma mãe que não alimente o seu filho, ou um médico que não ministre insulina a um diabético de outra forma saudável, não será absolvido da responsabilidade moral chamando meramente a atenção para que a pessoa a seu cargo morresse como consequência do que se omitiu fazer.

³ Philippa Foot, 1980, p. 161-2.



Além disso, quando o argumento acerca do significado moral da distinção entre matar e deixar morrer é apresentado no contexto do debate da eutanásia, tem que se considerar um fato adicional. Matar alguém, ou deixar deliberadamente alguém morrer, é geralmente uma coisa má porque priva essa pessoa da sua vida. Em circunstâncias normais as pessoas valorizam as suas vidas, e continuar a viver é do seu interesse. Quando se trata de questões de eutanásia é diferente. Em casos de eutanásia, a morte — uma vida não continuada — é do interesse da pessoa. Isto significa que um agente que mata, ou um agente que deixa morrer, não está a fazer mal, mas a beneficiar a pessoa a quem a vida pertence. Isto levou autores desta área a sugerir que se somos, de fato, mais responsáveis pelas nossas ações do que pelas nossas omissões, então A que mata C no contexto da eutanásia estará, de resto mantendo-se igual, agindo moralmente melhor do que B que deixa C morrer — uma vez que A beneficia positivamente C, enquanto B apenas deixa que benefícios sucedam a C.

Morte Desejada – Previsão da morte

Se A administra uma injeção letal a B para acabar com o sofrimento de B, A acabou intencionalmente com a vida de B. Este caso não é controverso. Mas A também terminou intencionalmente com a vida de B se procurou aliviar a dor de B ministrando doses cada vez maiores de medicamentos que irão mais tarde ou mais cedo provocar a morte de B? E A acabou intencionalmente com a vida de B quando desliga o respirador que a sustenta, sabendo que como consequência B morrerá? Aqueles que querem sustentar que o primeiro caso é, mas o segundo e o terceiro não são casos de eutanásia ou de fim intencional da vida procuraram traçar uma distinção entre estes casos em termos de resultados diretamente desejados e de consequências previstas, mas não-desejadas. Ao refletir sobre a administração de doses cada vez maiores e potencialmente letais de medicamentos de combate à dor, a *Declaração sobre a Eutanásia*, do Vaticano diz-nos que a *pirâmide analgésica* é aceitável porque, neste caso, a *morte não é de modo algum desejada ou procurada, mesmo se o risco disso acontecer é*



razoavelmente considerado.⁴ Em outras palavras, mesmo que A preveja que B irá morrer em consequência dos atos de A, a morte de B é apenas prevista e não diretamente desejada. A intenção direta é acabar com a dor, não com o paciente.

Esta distinção entre resultados desejados e consequências ulteriores previstas, mas não-desejadas é formalizada no Princípio do Duplo Efeito (PDE). O PDE enumera um conjunto de condições em que um agente pode *admitir* ou *permitir* que uma consequência – como a morte da pessoa – ocorra embora essa consequência não seja desejada pelo agente. São Tomás de Aquino, a quem é atribuída à origem do PDE, aplicou esta distinção entre consequências diretamente desejadas e meramente previstas às ações de autodefesa. Se uma pessoa é atacada e mata o atacante, a sua intenção é defender-se a si mesmo, não matar o atacante.⁵

Levantaram-se duas questões principais acerca da distinção entre intenção e previsão:

1. É possível traçar sempre uma distinção clara entre as consequências que um agente deseja diretamente e as que meramente prevêem?
2. A distinção é, até onde pode ser traçada, em si mesma relevante?

Considera o primeiro ponto à luz do seguinte exemplo freqüentemente citado:

Um grupo de exploradores fica encurralado numa caverna, em cuja estreita abertura um membro bastante gordo está preso e o nível da água está a subir. Se um membro do grupo faz explodir uma carga de dinamite junto ao homem gordo, deve-se dizer que ele desejou a morte do homem gordo ou que ele apenas a previu como uma consequência de libertar o grupo, tirando o homem gordo da abertura, ou de mandá-lo pelos ares?

⁴ Declaração Sobre a Eutanásia, 1980, p. 9.

⁵ *Summa Theologiae*, II, II.



Se, se pretende sustentar que a morte do homem gordo foi claramente desejada, de que forma, então, este caso é diferente daquele em que um médico pode administrar doses cada vez maiores de medicamentos para a dor que irão previsivelmente provocar a morte do paciente, sem que se diga que o médico desejava a morte do paciente?

Assumindo que as dificuldades podem ser ultrapassadas, a questão seguinte é esta: a distinção entre resultados diretamente desejados e meramente previstos é em si mesma moralmente relevante? Faz alguma diferença, se um médico quando administra o que julga ser uma droga letal deseja apenas aliviar a dor do paciente, ou se deseja diretamente acabar com a vida do paciente?

Às vezes traça-se aqui uma distinção entre a bondade e maldade dos agentes: que a marca de um bom agente é não desejar diretamente a morte de outra pessoa. Mas mesmo que se possa às vezes traçar desta forma uma distinção entre a bondade e a maldade dos agentes, não é obviamente claro que possa ser aplicada aos casos de eutanásia. Em todos os casos de eutanásia, A procura beneficiar B, atuando assim como um bom agente faria. Apenas se, se assumir que existe uma regra que diz que *um bom agente nunca deve desejar diretamente a morte de um inocente*, a tentativa de traçar a distinção faz sentido algum — e nesse caso essa regra não tem base racional.

Com isso, conclui-se que as distinções acima representam diferenças profundamente sentidas. Se estas diferenças são ou não moralmente relevantes, e em que termos, continua a ser objeto de debate.

Contudo, há outro aspecto do debate da eutanásia em que ainda não foi abordado. As pessoas admitem freqüentemente que pode não haver nenhuma diferença moral intrínseca entre eutanásia ativa e passiva, entre meios normais e extraordinários, e entre mortes que são diretamente desejadas e mortes que são apenas previstas. No entanto, defende-se às vezes que distinções como estas, representam no que diz respeito à política pública, linhas importantes



de demarcação. A política pública exige que se tracem linhas, e as que são traçadas com o objetivo de nos salvaguardar contra as mortes injustificadas estão entre as mais universais. Embora estas linhas possam parecer arbitrárias e filosoficamente perturbantes, são apesar disso, necessárias para proteger os membros vulneráveis da sociedade contra o abuso. A questão é claro, se este gênero de raciocínio tem uma base sólida: se sociedades que, em certas circunstâncias, admitem abertamente o fim intencional da vida irão inevitavelmente mover-se em direção a um *declive ardiloso* e perigoso que as levará de práticas justificadas a práticas injustificadas.

Na sua versão *lógica*, o argumento do *declive ardiloso* não é convincente. Não há fundamento lógico para que as razões que justificam a eutanásia — piedade e respeito pela autonomia — também justifiquem logicamente mortes que não são nem piedosas nem mostram respeito pela autonomia. Na sua versão *empírica*, o argumento do declive ardiloso afirma que as mortes justificadas irão, com certeza, conduzir a mortes injustificadas. Há poucos indícios empíricos que suportem esta alegação.

Embora o programa nazista – eutanásia – seja frequentemente citado como um exemplo do que pode acontecer quando uma sociedade reconhece que algumas vidas não são merecedoras de gozar vida plena, a motivação por detrás destas mortes não eram nem a piedade nem o respeito pela autonomia; era antes o preconceito racial e a crença de que a pureza racial exigia a eliminação de certos indivíduos e grupos. É importante lembrar que, na Holanda está a decorrer uma experiência social com eutanásia voluntária ativa. E até agora não há quaisquer indícios de que isto tenha conduzido a sociedade holandesa para um declive ardiloso.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AQUINO, T.: *Summa Theologiae*, II, II, questão 64, artigo 5 and 7.

FOOT, P.: "The problem of abortion and the doctrine of double effect", *Killing and Letting Die*, ed. B. Steinbock (Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1980).

Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé: *Declaração sobre a Eutanásia* (Cidade do Vaticano: 1980).

KANT, I.: "Duties towards the body in regard to life", *Lectures on Ethics*, trans. Louis Infield (New York: Harper and Row, 1986).

LINACRE Centre Working Party: *Euthanasia and Clinical Practice: Trends, Principles and Alternatives*, London: The Linacre Centre, 1982.